

# Os desafios da sociedade civil moçambicana no contexto da economia extractiva<sup>1</sup>

Por *Tomás Selemane*,  
*Pesquisador, Centro de Integridade Pública (CIP)*

Começo por agradecer ao IESE e ao seu director, o Professor Carlos Nuno Castel-Branco, pelo convite que me endereçaram para dizer algumas palavras nesta ocasião em que lançam este seu mais recente livro “Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique.”

Pelo actual contexto da economia moçambicana (uma economia cada vez mais extractiva, como muito bem o demonstra este livro), pelo título, conteúdo e abordagem do livro, por aquilo que eu acho ser a mais-valia trazida por este livro, e dada a liberdade baseada na confiança que o IESE me deu, decidi intitular esta intervenção de “os desafios da sociedade civil moçambicana no contexto da economia extractiva”, tendo em conta que economia extractiva não é apenas indústria extractiva, podendo a economia extractiva ter ou não indústrias.

Este livro apresenta, descreve, analisa e interpreta os diversos aspectos característicos de uma economia extractiva como a de Moçambique. Esses aspectos não são defeitos desse tipo de economia. São feitos. E em cada um desses elementos característicos podem ser encontradas/construídas inúmeras linhas de advocacia, várias acções de ruptura com a actual economia política e política económica, acções que muito bem podem ser conduzidas por grupos ou organizações da sociedade civil, para o bem do país.

No entanto, as acções de advocacia que podem e devem ser desenvolvidas com base nas teses deste livro requererão, quase sempre, uma desconstrução e reconstrução total do actual modelo de desenvolvimento. Este é um desafio muito grande e muito difícil – mas bem possível - porque implica começar por desconstruir, como o livro faz, todas as crenças que se instalaram na mentalidade dominante da nossa sociedade (OSC, empresas públicas e privadas, comunicação social pública e privada, fazedores de opinião, entidades governamentais e estatais) por vezes de forma consciente, mas muitas vezes inconscientemente.

Apresento alguns exemplos de acções que podem e devem ser levadas a cabo usando este livro como base conceptual e analítica:

1. Renegociar e publicar os contratos entre o Estado e as multinacionais dos mega projectos, notando claramente - como este livro o faz – que quando se discute a fiscalidade dos mega projectos, o desafio vai para além da renegociação dos contratos dos mega projectos. Neste momento, estamos numa situação em que as receitas sobre a remuneração do trabalho contribuem mais para as receitas fiscais do que as receitas sobre remuneração do capital, apesar da pobreza e da informalidade do trabalho, e do rápido crescimento do investimento. Portanto, é preciso advogar a renegociação e publicação dos contratos sim, mas não parar por aí. Pois, como demonstra o livro (pág.86) “a renegociação dos acordos com os mega projectos poderia, a curto prazo, gerar uma renda fiscal adicional equivalente à totalidade da ajuda geral ao OE, sem que a economia fosse forçada a correr riscos de endividamento.” Nos últimos tempos, quando se reclama falta de transparência na indústria extractiva, autoridades governamentais respondem sempre com dois argumentos, ambos falaciosos: primeiro, usam a adesão do país à ITIE<sup>2</sup> como o topo da transparência no sector, mesmo sabendo das limitações dessa iniciativa; segundo, usam uma resposta absolutamente anedótica: a de que os contratos em Moçambique são transparentes porque: i) estão padronizados (contrato-modelo), ii) contém uma cláusula anti-corrupção, e iii) um visto do Tribunal Administrativo. Mas nada disto é verificável, porque os contratos são secretos.
2. Adicionalmente, e em estreita ligação com a advocacia em torno do ponto anterior, é preciso lutar pela adopção de alternativas sustentáveis para o país. Buscar remédios que não sejam eles próprios piores que as doenças. Porque, neste momento, as alternativas que o Governo está à procura (alternativas a tributar o capital), passam pelo endividamento interno e externo do Estado, como por exemplo, financiar o Estado com recurso a dívida pública interna e externa, atrair mais investimento privado estrangeiro à custa de benefícios fiscais intoleráveis e impulsionar as parcerias público-privadas. Portanto, a luta pelo orçamento, pela receita e pela natureza da despesa é politicamente vital.
3. Regular os conflitos de interesses e o tráfico de influências: o livro denuncia os truques usados pela classe política nacional para se apoderar dos recursos naturais que, pela Constituição, são de todo o povo, decisores e ex-decisores públicos tornam-se sócios de empresas extractivas operando em sectores que eles tutela(ra)m, uma vez que, como se escreve na pág. 77 “a acumulação privada das classes capitalistas nacionais (...) depende das rendas obtidas através do acesso a recursos naturais e a tráfico de influência em relação ao processo de decisão política.”

4. Regularizar a percentagem de rendas sociais destinadas às comunidades onde as extracções têm lugar e as modalidades de como a canalização e gestão deve ser feita. As reformas legais havidas em 2007 (Leis de Minas e de Petróleos, 12 e 13, respectivamente) preveem que uma parte da percentagem da receita resultante da extracção de minérios seja canalizada às comunidades, como acontece com 20% de receitas florestais, mas até hoje, nada foi regulamentado. Este livro é uma boa base conceptual para trabalhos de advocacia nesse sentido.
5. Aumentar os benefícios sociais provenientes da exploração minero-energética: não nos devemos contentar com a construção de edifícios pelas multinacionais em nome da responsabilidade social, quando elas não pagam impostos. Este livro (pág. 85) mostra-nos como apenas “dois mega projectos Sasol e Mozal, [por sinal os mais mediáticos em Responsabilidade Social Empresarial] gastaram em 2007 menos de 1% do seu saldo comercial combinado”. Portanto, o melhor benefício social que os mega projectos podem deixar em Moçambique é pagarem impostos tal como fazem quaisquer outras empresas neste país.
6. Reconstruir o pensamento sobre a economia. Este livro é uma demonstração e um apelo à reconstrução do pensamento económico. É igualmente uma declaração de que às organizações da sociedade civil não cabe apenas reivindicar, mas também envolverem-se no pensamento económico estratégico fundamental para criarem alternativas endógenas. Por isso, este livro deve ser lido e estudado.
7. Em ligação com o ponto anterior (6), e na esteira da reconstrução do pensamento económico, é preciso pensar no balanço e na relação entre produção de bens/serviços de consumo básicos em massa e acessíveis e o investimento/acumulação, entre a substituição de importações/as exportações, entre a agricultura/indústria, entre as formas organizadas/não organizadas de actividade económica e de emprego. Numa palavra, é preciso fazermos nós próprios uma agenda económica e social da sociedade moçambicana.

Um dos artigos do livro termina dizendo o seguinte: “para que a dinâmica política [defendida pelo livro] se inicie, é necessário identificar pontos comuns e vitais de mobilização e organização como, por exemplo, a questão dos desafios fiscais.” Eu considero que com este livro, estão identificados os tais pontos, alguns dos quais mencionei aqui.

Finalmente, daqui para diante, a questão é outra, que eu coloco, parafraseando uma das passagens deste livro: “quem (dentro das ONGs, dos sindicatos, dos órgãos de comunicação social, dos

parlamentares, da academia, enfim dos *combatentes da pobreza absoluta*) estará disponível a assumir os argumentos deste livro [um livro de combate] e articulá-los politicamente no debate público sobre opções de política social e económica?”

Muito Obrigado!

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada no lançamento do livro “Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique”, editado pelo IESE. Maputo, 21 de Outubro de 2010

<sup>2</sup> ITIE – Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva, um mecanismo internacional de adesão e implementação voluntária que, na sua concepção clássica, consiste na publicação regular e sistematizada dos pagamentos e recebidos da indústria extractiva (minerais sólidos e líquidos). Países há que por opção incluem outros sectores como as florestas e as pescas. Moçambique aderiu a esta iniciativa em 2009 e vai, por enquanto, implementar a ITIE clássica. Para mais informações sobre esta iniciativa em Moçambique pode se ler a newsletter do CIP, edição nr 6, em [www.cip.org.mz](http://www.cip.org.mz)